

# ATIVOS TERRITORIAIS ARTICULADOS AOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA FRANCESA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

*Territorial assets linked to territorial development processes: a report  
of the French territorial governance expertise*

*Adriana Marques Rosseto*

# ATIVOS TERRITORIAIS ARTICULADOS AOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA FRANCESA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

*Territorial assets linked to territorial development processes: a report of the french territorial governance experience*

*Adriana Marques Rossetto*

**Resumo:** O estudo sobre desenvolvimento territorial no Brasil tem demandado reflexões sobre as potencialidades e limites da especificação de ativos territoriais como elemento de suporte, e mesmo de protagonismo, desse processo. Partindo da premissa de que a existência de ativos territoriais por si só não garante níveis adequados de desenvolvimentos, faz-se necessário pensar um conjunto de outros aspectos inter-relacionados entre os quais os níveis de governança e de participação dos atores nas escalas local/regional. Desta forma, apresenta-se um relato sobre a experiência francesa de dinamização de territórios através de suas políticas e dos movimentos que sustentam e fortalecem o modelo de desenvolvimento apoiado em ativos territoriais. Identifica-se na experiência grande potencial dos ativos territoriais como desencadeadores de processos de desenvolvimento quando associados a níveis elevados de governança territorial, a políticas governamentais direcionadas, a identidades territoriais fortes e valorizadas em processos culturais consolidados, a senso de coletividade e respeito ao meio ambiente.

**Palavras-chave:** Ativos Territoriais, Desenvolvimento Urbano e Regional, Governança Territorial.

**Abstract:** *The study of territorial development in Brazil has demanded reflections on the potentialities and limits of the specification of territorial assets as an element of support, and even of protagonism, of this process. Based on the premise that the existence of territorial assets alone does not guarantee adequate levels of development, it is necessary to think of a set of other interrelated aspects including levels of governance and stakeholder participation at the local/regional scales. In this way, a report is presented over the French experience of dynamization of territories through their policies and the movements that sustain and strengthen the development model supported by territorial assets. Based on that experience, it was Identified the great potential of territorial assets as triggers of development processes when associated with high levels of territorial governance, directed government policies, strong territorial identities valued in consolidated cultural processes, a sense of community and respect for the environment.*

**Keywords:** *Territorial Assets, Urban and Regional Development, Territorial Governance.*

**JEL:** R19

## Introdução

A discussão sobre desenvolvimento tem encaminhado para a defesa de inúmeras práticas que, alinhadas ao paradigma econômico dominante do último século, se revelam pouco eficazes para o alcance de condições socioambientais menos adversas (ASCERALD, 2010, 2004; SAMPAIO, 2009; BARBOSA, 2008; ROSSETTO; ROSSETTO; JOHNSON, 2008; JACOBI, 2006; SILVA, [2004]). Extrapola-se aqui a questão dos impactos sobre os ecossistemas em relação aos elementos naturais, incluindo nesta reflexão a segregação social, muitas vezes proveniente do próprio processo de desenvolvimento desencadeado, em última instância, em busca de melhores condições de vida para as populações envolvidas.

Nos processos de construção dos espaços urbanos e regionais em suas diversas escalas, fatores como relações de poder e multiplicidade de agentes e atores envolvidos e com capacidade decisória e autonomia de ação e incapacidade por parte dos agentes públicos e privados<sup>1</sup> de controle sobre todas as variáveis envolvidas, interferem direta e indiretamente sobre suas configurações. A combinação destes fatores resulta em melhores ou piores formas de tratamento e conservação dos ecossistemas naturais e maiores ou menores disparidades no acesso das pessoas aos benefícios destes processos (COBOS, 2014; NARCISO, 2014; BOLLMANN; GASPERIN; DUARTE, 2013; ZEPF, 2009; FREY, 2007).

Mesmo que nas últimas décadas já não se perceba a ideia de crescimento econômico de forma tão unívoca como sinônimo de desenvolvimento, ela ainda tem se mantido, para muitas áreas do conhecimento, como premissa central destes processos (ROSSETTO; FILIPPIM, 2008; ROSSETTO; FILIPPIM; JOHNSON, 2012; DUPAS, 2008; PECQUEUR, 2009; BAUMGARTEN, 2002). Talvez este olhar ainda um tanto míope sobre os fatores que desencadeiam processos de desenvolvimento efetivo e como estes se rebatem nos territórios, resultando diferentes modelos de urbanização e de apropriação dos espaços, não permita ações mais efetivas voltadas à sustentabilidade socioambiental.

Somado a esta forma de compreender o desenvolvimento, as atuais demandas por inovação e inserção indistinta dos territórios aos processos de globalização, têm contribuído para a desvalorização e perda de identidades locais e para a subutilização dos ativos territoriais como parte inerente do desenvolvimento territorial. Mesmo com a multiplicidade de fatores envolvidos nesta problemática, um recorte específico parece oportuno neste momento em que paradigmas importantes começam a ser questionados, em especial os que se refletem nas atuais formas de relacionamento do homem com a natureza e do homem com o homem, em seu aspecto territorial (ASCERALD, 2010, 2004; MICOUD, 2010, 2008, 2004; SAMPAIO, 2009; JACOBI, 2006). Neste sentido, os processos de desenvolvimento territorial e os processos de urbanização materializam esta problemática em um espaço determinado, evidenciando características específicas de cada processo que o individualizam e ao mesmo tempo o generalizam.

Surgem então algumas dinâmicas que precisam ser mais bem compreendidas a fim de ampliar a capacidade de articulação e de intervenção dos atores e agentes destes espaços, sejam rurais ou urbanos. Entre elas, a

---

<sup>1</sup> Dependendo qual deles detém a liderança do processo ou mesmo do grau de governança estabelecido.

capacidade de resiliência dos territórios e sua governança (DALLABRIDA et al, 2015; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013; OLIVEIRA, 2013; PATO; PEREIRA, 2013; FREY, 2007; FERREIRA; MOREIRA, 2000), em especial através da forma como são potencializados seus ativos territoriais, ou também nominados de “signos distintivos territoriais”, para desencadear processos de desenvolvimento territorial. Este se constitui no foco de interesse da reflexão aqui proposta.

A necessidade de compreensão sobre as potencialidades e limites da especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento (local, regional, territorial) a partir de múltiplas configurações socioeconômicas construídas em diferentes locais, tem alimentado os estudos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (DALLABRIDA, 2015, 2014, 2012, 2011; RAMOS; ROSSETTO, 2015; FIRKOWSKI; MOURA, 2014; CÉLÉRIER; SCHIRMER, 2013; CHAMPREDONDE, 2011; FROEHLICH; DULLIUS, 2011; NIEDERLE, 2011; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2010; HINNEWINKEL, 2004), descortinando novos horizontes a serem reconhecidos e investigados.

Percebe-se que a estrutura de formação dos territórios os direciona para distintas formas de organização e que há um forte indicativo de que aspectos de governança e/ou da capacidade de resiliência sejam determinantes em seus resultados. Ou seja, a existência de ativos territoriais em determinado espaço não garante por si só que este se desenvolva ou que, mesmo alcançando determinado grau de desenvolvimento, apresente equilíbrio em relação aos aspectos socioambientais, permitindo a elevação da qualidade de vida de forma generalizada às populações envolvidas.

Existem experiências já implementadas em diversos lugares e com histórico bastante longo, entretanto, a busca pelo entendimento das dinâmicas e das relações que se estabelecem a partir delas, suas potencialidades de transformação e seus impactos, de forma interescalar e multidimensional é mais recente (RAMOS; ROSSETTO, 2015; FIRKOWSKI; MOURA, 2014; CÉLÉRIER; SCHIRMER, 2013; FROEHLICH; DULLIUS, 2011; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2010; HINNEWINKEL, 2004). O interesse em identificar e compreender o papel dos diferentes atores e agentes e que resultam nas diferentes formas de governança e de resiliência destes territórios, que se moldam a partir dessas ou potencializam essas configurações, motivou a investigação e o relato da experiência francesa de dinamização de territórios a partir de seus ativos territoriais.

Desta forma, apresenta-se a seguir de forma sintética a experiência francesa na demarcação de ativos territoriais e alguns aspectos de suas políticas e movimentos que sustentam e fortalecem o modelo de desenvolvimento neles apoiados.

## 2. A experiência francesa na demarcação de ativos territoriais

Oficialmente, a apelação de origem<sup>2</sup> constitui a denominação de um país, de uma região ou de uma localidade que serve para designar um produto que ali obrigatoriamente tem sua origem e da qual a qualidade ou as características são relacionadas ao meio geográfico compreendendo os fatores naturais e humanos.

Foi historicamente por lutar contra a fraude que se constituiu progressivamente, desde o início do século XX (lei de 1905) o conceito de Apelação de Origem. Colocada em prática em 1919, a AOC é um instrumento jurídico que protege a denominação de um produto. O INAO representa a autoridade competente em matéria de AOC e neste sentido é responsável pela defesa dos produtos que se beneficiam com a obtenção da certificação que é obtida através de um procedimento único. O requerente não pode nunca ser uma pessoa jurídica ou uma empresa privada, sendo que a proposta deve ser encaminhada por um conjunto de produtores, reunidos em um sindicato que defenderá a futura demarcação (INAO, [2016? ]).

Ainda segundo o Instituto, a proposta deve conter as razões que motivam a demanda da AOC, a prova do uso do nome e da notoriedade do produto e a demarcação do *terroir* do produto a partir da apresentação de fatores naturais, técnicos e humanos que conferem ao produto seus caracteres. A proposta é então submetida aos comitês que trabalham com o tipo de produto, regional e depois nacional, que decide sobre o reconhecimento ou não de uma nova apelação de origem. Uma vez reconhecida a apelação a proposta tramita no Ministério de Agricultura e Finanças a fim de ser homologado por decreto ou anulado.

Em 1935, a partir de um decreto-lei relativo à defesa do mercado de vinho, o governo francês oficializa e implementa as Apelações de Origem Controladas (AOC) e o organismo encarregado de sua definição, de sua proteção e de seu controle o INAO.

A política francesa de valorização de produtos agrícolas inspirou a elaboração de uma regulamentação europeia, que, desde 1992, estabelece as regras relativas à proteção de apelações de origem e das indicações geográficas. Depois de 1 de maio de 2009, a AOP figura sobre todos os produtos europeus os quais a produção, a transformação e a elaboração são realizadas em uma zona geográfica determinada segundo um “savoir-faire” reconhecido e especificações definidas e específicas. A AOP é um signo europeu que protege o nome do produto em toda a União Europeia. A Apelação de origem controladas (AOC), que designa os produtos que respondem aos critérios da AOP, constitui uma etapa da AOP e permite uma proteção da denominação sobre o território francês, enquanto aguardam seu registro e sua proteção ao nível europeu. No setor vitivinícola, a AOC constitui igualmente uma menção de tradição (INAO, [2016? ]).

Outra forma de certificação é a denominada Indicação Geográfica Protegida (IGP) que identifica um produto agrícola, bruto ou transformado, o

---

<sup>2</sup> A Apelação de Origem Controlada (AOC) é controlada pelo INAO (L'appellation d'origine contrôlée).

qual possui qualidade, reputação ou outra característica ligada à sua origem geográfica. A IGP se aplica aos setores agrícolas, agroalimentares e vinícolas.

Para obter esta certificação ligada à qualidade e à origem (SIQO), ao menos uma das etapas seja a produção, a transformação ou a elaboração destes produtos devem ocorrer dentro das áreas geográficas demarcadas. Para o vinho, todas as operações realizadas depois da colheita da uva até o fim do processo de elaboração do vinho devem ser realizadas dentro da zona considerada.

A IGP é relacionada a um “saber-fazer” (savoir-faire). Ela não se cria, ela consagra uma produção existente e lhe confere então uma proteção em escala nacional e mesmo internacional. Ela pode ser baseada na reputação do produto, que se entende como um forte reconhecimento pelo público em um dado momento, e que deve ser associado a um saber-fazer ou a uma determinada qualidade atribuída a origem geográfica. As regras de elaboração de um produto certificado por uma IGP são descritas em um caderno de especificações com procedimentos de controle implementado por um organismo independente aceito pelo INAO.

Em 2017, 140 produtos tinham registro de IGP na França, sendo que destes 74 eram vinhos (1/3 da produção francesa de vinho está sob registro de IGP) e 2 eram cidras. Ou seja, a IGP é uma certificação cujo setor mais fortemente inserido é o setor vitivinícola (INAO, 2017).

Ainda, a Especialidade Tradicional Garantida (STG) corresponde a um produto no qual as qualidades específicas estão ligadas a uma composição, ao método de fabricação ou de transformação fundados em uma tradição. A particularidade da STG se define por dois elementos distintos e muito ligados: a especificidade e o aspecto tradicional. Visa definir a composição ou o modo de produção tradicional de um produto, no entanto estes não precisam ter necessariamente ligação com sua origem geográfica.

A STG resulta de uma utilização, de um saber-fazer, de uma prática antiga, típica, particularmente nacional, regional ou local mais que pode ser realizada fora do país ou da região de procedência ou de fabricação do produto. Não se aplica a não ser a produtos ou alimentos. As regras de elaboração de uma STG estão inscritas em um caderno de especificações e com procedimentos de controle implementado por um organismo independente aceito pelo INAO.

Outros rótulos regulamentados são o rótulo vermelho que designa produtos que por suas condições de produção ou de fabricação possuem um nível de qualidade superior em relação aos outros produtos similares habitualmente comercializados.

E a agricultura Biológica que é um modo de produção que alia boas práticas ambientais, o respeito pela biodiversidade, a preservação dos recursos naturais e a segurança de um nível elevado de bem-estar animal. Toda a cadeia produtiva, os operadores engajados no modo de produção e de transformação biológica respeitam um caderno de especificações rigoroso que privilegia os procedimentos não poluidores, respeitosos dos ecossistemas e dos animais.

Alguns textos que regulam as certificações são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Certificações que regulam as AOPs

AOP/IGP/STG	Código rural e da pesca marítima, artigos R.641-1 aa R.641-10
AOP/IGP/STG agroalimentares	Regulamento (UE) nº 1151/2012 do Parlamento relativo ao sistema de qualidade aplicado aos produtos agrícolas e aos alimentos
	Regulamento de execução (UE) nº 668/2014 da Comissão de 13 junho 2014 contendo modalidade de aplicação do regulamento (UE) nº 1151/2012 do Parlamento relativo ao sistema de qualidade aplicado aos produtos agrícolas e aos alimentos
AOP/IGP vinícolas	Regulamento (UE) nº 1308/2013 contendo a organização comum do mercado de produtos agrícolas (produtos vitivinícolas)
IG alcóolicas	Regulamento (CE) nº 110/2008 do Parlamento europeu e do Conselho de 15 de janeiro 2008 concernente à definição, à designação, à apresentação e à proteção das indicações geográficas de bebidas alcóolicas e revoga o regulamento (CEE) n. 1576/89 do Conselho
	Regulamento (UE) nº 716/2013 da comissão de 25 de julho 2013 contendo modalidade de aplicação do regulamento (CE) nº 110/2008 do Parlamento europeu e do Conselho concernente à definição, à designação, à apresentação e à proteção das indicações geográficas de bebidas alcóolicas

Fonte: Elaboração própria a partir de INAO ([2016? ], 2017) e Ministère de L'Agriculture e de la Santé (2017).

A partir de 4 de janeiro de 2016 o símbolo AOP da União Europeia deve figurar sobre a etiqueta dos produtos certificados (somente os vinhos são autorizados a portar o selo da Apelação de Origem Controlada Francês (AOC), a fim de trazer mais segurança e informação ao consumidor.

Em conjunto AOP e IGP, em 2017, haviam 190 demarcações de ativos territoriais, com movimentação de mais de 26 bilhões de euros (INAO, 2017), sem contar com as demais certificações. Estas formas de demarcações territoriais se articulam em sua maioria com a lógica e o incentivo aos “circuitos curtos” (CC), como redes alimentares alternativas (alternative food networks – AFNs), conceitos apresentados no próximo item.

No Quadro 2, apresenta-se a listagem de produtos certificados na França por categoria.

**Quadro 2** – Listagem de produtos certificados na França por categoria.

<b>Os queijos e outros produtos derivados do leite AOC / AOP</b>	
Les fromages frais	Brocciu Corse ou Brocciu.
Les pâtes molles à croûte fleurie	<a href="#">Brie de Meaux</a> , Brie de Melun, <a href="#">Camembert de Normandie</a> , Chaource, Neufchâtel.
Les pâtes molles à croûte lavée	Époisses, Langres, Livarot, Maroilles ou Marolles, <a href="#">Mont d'Or ou Vacherin du Haut-Doubs</a> , <a href="#">Munster</a> , Pont-l'Évêque.
<b>Les pâtes persillées</b>	Bleu d'Auvergne, Bleu de Gex Haut-Jura ou Bleu de Septmoncel, Bleu des Causses, <a href="#">Bleu du Vercors-Sassenage</a> , Fourme d'Ambert, fourme de Montbrison, <a href="#">Roquefort</a> .
Les pâtes pressées non cuites	Cantal ou Fourme de Cantal ou Cantalet, <a href="#">Laguiole</a> , Morbier, Ossau-Iraty, <a href="#">Reblochon ou Reblochon de Savoie</a> , Saint-Nectaire, Salers, Tomme des Bauges.
Les pâtes pressées cuites	Abondance, <a href="#">Beaufort</a> , Comté.
Les fromages de chèvres	Chabichou du Poitou, Charolais, Crottin de Chavignol, Chevrotin, Banon, Mâconnais, Pélardon, Picodon, Pouligny Saint-Pierre, Rigotte de Condrieu, Rocamadour, Sainte-Maure de Touraine, Selles-sur-Cher, Valencay.
Beurres	Beurre de Charentes-Poitou ou Beurre des Charentes, Beurre des Deux-Sèvres, <a href="#">Beurre de Bresse</a> .
Crèmes	Crème d'Isigny, <a href="#">Crème de Bresse</a> .
<b>As frutas AOP</b>	
Pomme du Limousin, <a href="#">Chasselas de Moissac</a> , muscat du Ventoux, <a href="#">Châtaigne d'Ardèche</a> , <a href="#">Noix de Grenoble</a> , Noix du Périgord, Abricots rouges du Roussillon, Figues de Solliès.	
<b>Os legumes AOP</b>	
Pommes de terre	Béa du Roussillon, <a href="#">pommes de terre de l'île de Ré</a> .
Légumineuses/céréales	<a href="#">Lentille verte du Puy</a> , <a href="#">Coco de Paimpol</a> , Oignons doux des Cévennes, Oignon de Roscoff.
<b>Olivas e Óleos de Olivas AOP</b>	
Olives	Olive de Nice, <a href="#">Olive de Nîmes</a> , Olives cassées de la vallée des Baux-de-Provence, Olives noires de la vallée des Baux-de-Provence, Olives noires de Nyons, pâte d'olive de Nice.
Huiles d'olive	Huile d'olive d'Aix-en-Provence, Huile d'olive de Corse ou Huile d'olive de Corse - Oliu di Corsica, Huile d'olive de Haute-Provence, Huile d'olive de la vallée des Baux-de-Provence, Huile d'olive de Nice, <a href="#">Huile d'olive de Nîmes</a> , Huile d'olive de Nyons.
<b>Os produtos do mar AOP</b>	
<a href="#">Moules de bouchot de la Baie du Mont-Saint-Michel</a> .	

<b>Carnes e charcuteries AOP</b>	
Ovins	Barèges-Gavarnie, <a href="#">Prés-salés de la baie de Somme</a> , Prés-salés du Mont-Saint-Michel.
Bovins	<a href="#">Bœuf de Charolles</a> , <a href="#">Fin Gras du Mézenc</a> , Maine-Anjou, Taureau de Camargue.
Volailles	Dinde de Bresse, <a href="#">Volaille de Bresse ou Poulet de Bresse ou Chapon de Bresse ou Poularde de Bresse</a> .
Porcins	Coppa de Corse ou Coppa de Corse – Coppa di Corsica, Jambon sec de Corse ou Jambon sec de Corse – Prisutti, Lonzo de Corse ou Lonzo de Corse – Lonzu.
<b>Diversos</b>	
Farine de châtaigne corse	<a href="#">Farina castagnina corsa</a> .
Les miels	<a href="#">Miel de Corse ou Miel de Corse-Mele di Corsica</a> , <a href="#">Miel de sapin des Vosges</a> .
Le Piment d'Espelette ou Piment d'Espelette	<a href="#">Ezpeletako Biperra</a> .
L'Huile essentielle de lavande de Haute-Provence ou Essence de lavande de Haute-Provence.	
Le Foin de Crau	
Les cidres et poirés	Pays d'Auge ou Pays d'Auge-Cambremer, Cornouaille, Domfront.

Fonte: Elaboração própria a partir de INAO ([2016? ], 2017) e Ministère de L'Agriculture e de la Santé (2017).

### 3. As políticas e movimentos que sustentam e fortalecem o modelo de desenvolvimento apoiado em ativos territoriais

Entre as política e movimentos que mostram um modelo de desenvolvimento a partir dos ativos territoriais como forma de manter e consolidar os sistemas produtivos e a organização do território está a valorização dos produtores locais, regionais e nacionais, em redes alimentares alternativas (alternative food networks – AFNs). Estas redes pressupõem cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, oportunizando a reconexão entre produção e consumo, dinamização de mercados locais, retomada da identidade territorial, entre outros benefícios face a um equilíbrio socioambiental (GOODMAN et. al., 2012; DAROLT et. al., 2016). A dinâmica pressuposta neste conceito poderia ser encontrada nos denominados “circuitos curtos e terroirs” e nos produtos de base ecológica, ambos presentes em movimentos identificados nos territórios franceses.

Nos últimos anos, a distribuição alimentar evoluiu tentando ampliar esta estratégia de consumo de produtos. Si os Franceses efetuam majoritariamente suas compras em grandes comércios, eles são igualmente numerosos a frequentar os circuitos de proximidade. Um meio para o consumidor e o produtor se reaproximarem e de criar um clima de confiança (GARCIA-PARPET, 2004).

Estratégias como venda direta no produtor, lojas de produtores, e-comércio, associações, feiras itinerantes, entre outros são utilizadas na busca da

implementação deste tipo de rede alimentar que para ser classificada como um circuito curto admite, segundo indicações teóricas (DAROLT et. al., 2016) um único intermediário na cadeia entre o produtor e o consumidor. A distribuição dos produtos a partir de poucos e grandes distribuidores é a cada dia mais reduzida ou pelo menos no modelo adotado nas últimas décadas. Em relação a esta alteração Lestrade (2013), faz uma crítica importante sobre a nova estratégia de “proximidade” da grande distribuição na França.

Identifica-se eventuais modificações na relação entre a grande distribuição e a cidade, em um contexto particular, em todas as escalas (internacional, nacional e mesmo local), mas contrariamente às aparências, este comércio é menos um contra-modelo do hipermercado do que uma fórmula renovada dos métodos de implantação e de gestão que fizeram sucesso na grande distribuição. Em consequência, as relações entre a grande distribuição e a cidade não conquistaram mudanças significativas na escala local. Na escala menor, em contrapartida, este comércio de proximidade introduzido pela nova tendência que se inserem no senso de diferenciação sociocultural aumentada, no interior das aglomerações como no seio da rede urbana francesa (LAMINE, 2012; LESTRADE, 2013).

Percebe-se duas formas paralelas de restabelece o comércio de proximidade na França, seja ela pela efetiva aproximação do consumidor ao produtor via organização de circuitos de distribuição seja pela estratégia adotada pela grande distribuição. Qualquer um dos dois modelos se sustenta em uma demanda que nasce do próprio consumidores que ampliam sua consciência e/ou sua exigência por conhecimentos sobre a procedência de sua alimentação e busca de aproximação com os produtores e de uma agricultura enraizada na cultura e muito respeitosa ao meio ambiente, que é uma nova tendência no setor agroalimentar (GARCIA-PARPET, 2004; LESTRADE, 2013; DAROLT et. al., 2016).

O circuito curto se inscreve plenamente na abordagem do desenvolvimento durável. Ele apresenta benefícios do ponto de vista social, reestabelecendo uma relação direta entre o produtor e o consumidor, mas também ao nível econômico e ambiental. Ele se impõe como uma solução para realizar a economia do conjunto da cadeia de distribuição e permite um aumento das margens graças a uma remuneração direta ao produtor. Enfim, os circuitos curtos são eco-responsáveis graças notadamente a sua capacidade de limitar os custos de transporte e aproximar produtor e consumidor restabelecendo relações de confiança e de identidade. Comprar em um circuito curto é encorajar uma autêntica agricultura enraizada e de proximidade e participar de uma economia solidária e responsável (GOODMAN et. al., 2012).

Conforme Darolt et. al. (2016), na França identifica-se um nível de desenvolvimento bastante elevado quando na organização dos circuitos curtos em relação a pontos de venda coletivos (PVC), a associações de consumidores (AMAP), a lojas de produtos orgânicos independentes, a acolhida na propriedade (gastronomia, lazer, esporte, alojamento, propriedade pedagógica). Sendo mediantemente desenvolvidas as feiras de produtores (orgânicos/agroecológicos), as cestas entregues em domicílio, as lojas de cooperativas de produtores e consumidores, a venda na propriedade, os programas de governo (alimentação escolar; população em risco alimentar), os restaurantes coletivos público ou privado; restaurantes tradicionais, e as lojas virtuais (site internet de produtos ecológicos). Entretanto, são todas as modalidades utilizadas e estimuladas e que tem garantido um desempenho

significativo dos circuitos curtos e da valorização dos ativos territoriais nos processos de desenvolvimento territorial.

Ainda segundo os autores (p. 8), “o maior nível de escolaridade e de renda dos agricultores familiares, associado ao maior nível de conscientização dos consumidores na França, permitem uma vantagem comparativa em relação ao desenvolvimento dessas redes. “ Os autores seguem ainda afirmando que [...] a cooperação entre os atores e o engajamento político de produtores e consumidores permite atingir um maior nível de desenvolvimento.” (DAROLT et. al., 2016, p. 8).

A cooperação agrícola é um dos modos de viabilizar estes circuitos. A cooperação agrícola é conhecida e reconhecida por seu papel na valorização da produção agrícola. Graças a sua capacidade industrial ela transforma os produtos dos agricultores cooperados. Depois de um percurso de transformação mais ou menos longo, os produtos alimentares que são processados são propostos aos consumidores através de redes de distribuição tradicionais: grandes distribuidores, atacadistas, artesãos... Face às novas expectativas da sociedade as cooperativas se mobilizaram para responder às novas necessidades expressas pelos consumidores de melhor conhecer a origem daquilo que chega ao seu prato. As cooperativas agrícolas francesas, ancoradas no terroir, buscam responder a esta necessidade. Elas estão inovando propondo um retorno à terra e uma reconexão com o mundo rural (GARCIA-PARPET, 2004; LESTRADE, 2013; DAROLT et. al., 2016; LA COOPERATION AGRICOLE, 2018).

A força do movimento de cooperação relacionada à produção alimentar pode ser identificada, por exemplo, na cadeia de laticínios. A oferta francesa destes produtos se distingue por uma diversidade de produtos únicos no mundo com mais de 1000 queijos pertencentes às 50 AOPs. Da produção, 40% é exportada e nesta cadeia produtiva 240 cooperativas leiteiras contribuem com 55% do leite produzido, 46% do leite transformado, 20000 empregos e 55000 cooperados. A mesma dinâmica ocorre na cadeia produtiva do vinho, na qual uma em cada duas garrafas de vinho produzidas é também fruto da cooperação agrícola. E este contexto está presente da mesma forma nas cadeias da carne, de frutas e legumes, do mel, entre outras (LA COOPERATION AGRICOLE, 2018).

Esta mobilização gera ou retoma dispositivos enfraquecidos de práticas tradicionais como os mercados locais, feiras, venda direta no produtor ou em lojas próprias das cooperativas, mas também buscam novos focos de atuação. Alguns dão uma nova dimensão ao potencial turístico dos territórios, associando paisagem com a qualidade dos produtos e com modos de produção característicos (as certificações). Outros ainda, utilizam as novas tecnologias para, apesar da distância, aproximar o produtor do consumidor. As empresas cooperativas estabeleceram e desenvolveram a atividade em seus territórios e hoje representam um dos principais setores exportadores da França. Em muitas áreas rurais, as cooperativas são os primeiros empregadores privados (LA COOPERATION AGRICOLE, 2018).

Exemplos desta mentalidade podem ser retirados facilmente de campanhas publicitárias, encartes de venda, notícias de mídia dos departamentos, das aglomerações e das cidades. Os Quadros 3, 4, 5 e 6 mostram alguns exemplos<sup>3</sup> retirados ao acaso de diversos tipos de mídia.

---

<sup>3</sup> Os textos são provenientes de coleta em fontes diversas, encartes, mídia televisiva, mídia escrita e radiofônica, outdoors etc. A tradução é da autora e visa a compreensão do conteúdo dos anúncios/slogans de campanhas de divulgação.

No Quadro 3 identifica-se o incentivo ao consumo de produtos locais, de produtos ecológicos, à agricultura familiar e de pequena escala, aos circuitos curtos e aos processos de cooperação. A busca por identidade local, por segurança alimentar e pela conscientização dos consumidores também pode ser identificada nas campanhas publicitárias.

**Quadro 3** – Exemplo de slogans e pequenos anúncios de campanhas publicitárias para incentivo ao consumo de produtos locais.

**LE SAVIEZ-VOUS ? SELON UNE ÉTUDE DU CABINET NATURAL MARKETING, 71 % DES FRANÇAIS PRÉFÈRENT ACHETER DES PRODUITS LOCAUX !** (Você sabia que segundo estudo do Gabinet Natural de Marketing, 71% dos franceses preferem comprar produtos locais?)

**Le circuit court : pour une agriculture locale, responsable et écologique !** (O circuito curto: por uma agricultura local, responsável e ecológica)

**Le circuit court : des avantages multiples... et pour tout le monde !** (O circuito curto: vantagens múltiplas ... e para todo mundo!)

**Du circuit long au circuit court: la coopération agricole est sur tous les fronts** (Do circuito longo ao circuito curto: a cooperação agrícola está em todas as frentes)

**Le circuit court coopératif: une multitude de dispositifs** (O circuito curto cooperativo: uma multitude de dispositivos)

**Le circuit court, une aventure humaine pour des producteurs locaux passionnés** (O circuito curto, uma aventura humana para produtores locais apaixonados)

**Créer du lien avec les producteurs locaux** (Crie uma ligação com os produtores locais)

Fonte: elaboração própria a partir de anúncios na mídia.

Nos quadros 4 e 5 identifica-se a tentativa de esclarecer e fornecer informações sobre o significado e o funcionamento dos circuitos curtos, bem como sobre a atuação das cooperativas de forma a subsidiar a decisão de compra dos consumidores a partir de escolhas racionais mais do que pelo apelo ao consumo.

**Quadro 4** – Exemplo de anúncio em campanha de publicidade para incentivo ao consumo de produtos locais

**Le circuit court : un retour au commencement... en innovant !** (O circuito curto: um retorno ao começo .... inovando!)

Longtemps courts, les circuits de distribution alimentaire se sont allongés au XIXème siècle avec l'avènement du chemin de fer ou encore du transport fluvial et maritime. Ceci avant de se raccourcir à nouveau, même si les circuits longs restent au cœur de la distribution alimentaire. Si les coopératives agricoles sont impliquées dans des circuits longs et travaillent avec la grande distribution, des centrales d'achats ou encore avec des grossistes alimentaires, elles n'ont cessé d'encourager ce mode de distribution... et d'innover ! Elles se diversifient et ont une meilleure maîtrise de la chaîne de distribution : ventes directes à la ferme, e-commerce, magasins franchisés... Autant de dispositifs que les femmes et les hommes des coopératives ont investi avec modernité et créativité.

(Durante muito tempo, os circuitos de distribuição de alimentos se alongavam, no século XIX pelos caminhos das ferrovias ou do transporte fluvial ou marítimo. Isto antes de novamente se retraírem mesmo que circuitos longos ainda se mantêm no coração da distribuição de alimentos. Se as cooperativas agrícolas estão implicadas nos circuitos longos e trabalham com a grande distribuição, os centros de compras ou ainda com os atacadistas de alimentos, elas não deixam de encorajar este modo de distribuição ... e de inovar! Elas se diversificam e têm um melhor controle da cadeia de distribuição: vendas diretas na fazenda, comércio eletrônico, ...)

Fonte: elaboração própria a partir de anúncios na mídia.

Da mesma forma os Quadros 5 e 6 também buscam valorizar a atuação dos produtores, evidenciando a qualidade de seu trabalho e os benefícios de sua associação.

**Quadro 5** - Exemplo de anúncio em campanha de publicidade para incentivo ao consumo de produtos locais e valorização do trabalho cooperativo

**Zoom sur les Halles de l'Aveyron : une expérience terroir en agglomération** (Zoom sobre o mercado de Aveyron: uma experiência de terroir em uma aglomeração)

Des agriculteurs installés sur les contreforts du Massif central et réunis au sein de la coopérative UNICOR souhaitaient mettre en place une initiative de mise en marché de leurs productions. En 2008, UNICOR ouvrait ainsi son 1<sup>er</sup> magasin Les Halles de l'Aveyron : 1000 m<sup>2</sup> où sont vendues les productions sous signes officiels de qualité de ses adhérents. Les gammes sont complétées avec les productions d'autres coopératives et petites entreprises locales. Aujourd'hui, les Halles de l'Aveyron c'est deux magasins à Rodez et à Herblay dans le Val d'Oise, en région parisienne. Un restaurant qui cuisine les produits du terroir est attenant aux magasins. Une douzaine de «Petites Halles» installées dans les jardinerias Point Vert de la coopérative complète ce dispositif. La démarche est simple : s'appuyer sur le circuit court collectif et les forces de la coopérative pour apporter dans les agglomérations le meilleur de leurs fermes à un prix juste, pour les clients... comme pour les paysans ! Un beau succès qui a conduit UNICOR à annoncer l'ouverture d'un 3<sup>ème</sup> magasin en Ile-de-France d'ici fin 2017.

(Os agricultores instalados sobre as encostas do Maciço Central e reunidos ao seio da cooperativa UNICOR desejam implementar uma iniciativa de lançar no mercado seus produtores. Em 2008, UNICOR abriu assim sua primeira loja Les Halles de l'Aveyron: 1000 m<sup>2</sup> onde são vendidos as produções sob os signos oficiais de qualidade e seus aderentes. As gamas são complementadas com as produções de outras cooperativas locais e pequenas empresas. Hoje, Les Halles de l'Aveyron possui duas lojas em Rodez e Herblay, no Val d'Oise, na região parisiense. Um restaurante que cozinha produtos locais é adjacente às lojas. Uma dúzia de "Les Halles", instalada nos centros verdes de cultivo da Cooperativa, completa este sistema. A abordagem é simples: confiar no curto-circuito coletivo e as forças da cooperativa para trazer as aglomerações o melhor de suas fazendas a um preço justo, para os clientes ... quanto aos camponeses! Um grande sucesso que levou a UNICOR a anunciar a abertura de uma 3ª loja na Ile-de-France até o final de 2017.)

Fonte: elaboração própria a partir de anúncios na mídia.

**Quadro 6** - Exemplo de anúncio para incentivo ao consumo de produtos locais

**Les Halles de l'Aveyron sont un outil de dialogue !** (O mercado de L'Aveyron são uma ferramenta de dialogo) - **Témoignage de Jean-Claude Virenque, Président de la coopérative UNICOR** (Testemunho de Jean-Claude Virenque, presidente da cooperativa UNICOR)

*Le fait de maîtriser la distribution est très positif pour les producteurs. Les Halles de l'Aveyron contribuent à redonner du sens et du plaisir de faire leur métier à nos agriculteurs. Nos adhérents sont présents un week-end par mois dans leurs magasins. Nos clients viennent à leur rencontre pour comprendre leur travail, leur quotidien, parler avec eux de ce qu'ils produisent. Il y a un réel besoin d'échange et de dialogue entre les populations urbaines et le monde agricole, et les Halles de l'Aveyron facilitent ce dialogue. Le réseau contribue à créer une "relation de confiance" inédite avec des consommateurs pourtant bien loin des lieux de production.*

(O fato de controlar a distribuição é muito positivo para os produtores. O Mercado de L'Aveyron contribue a devolver o senso e o prazer de fazer seu trabalho a nossos agricultores. Nossos cooperados estão presentes um final de semana por mes em suas lojas. Nossos clientes vêm a seu encontro para conhecer seu trabalho, seu cotidiano, falar com eles e sobre o que eles produzem. Há uma real necessidade de troca e de diálogo entre as populações urbanas e o mundo agrícola, e o Mercado de l'Aveyron facilita o diálogo. A rede contribui para criar uma "relação de confiança" inédita com os consumidores mesmo muito longe do local da produção.)

Fonte: elaboração própria a partir de anúncios na mídia.

Coloca-se então a compra em circuitos curtos como uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo, aproxima produtor de consumidor, reforça identidades, melhora o desempenho econômico de todos os envolvidos bem como o desempenho socioambiental dos territórios, aspectos já colocados por Garcia-Parpet (2004) Lestrade (2013) Darolt et. al. (2016), entre outros.

#### 4. Conclusões

Em relação a utilização de Ativos Territoriais como forma de alavancar o desenvolvimento territorial, as primeiras evidências mostram que a valorização do produtor rural, do saber-fazer, da tradição e da qualidade inseridas tanto nos produtos como nas práticas produtivas, em conjunto com um cuidado com o meio ambiente e com o bem estar animal, se refletem em um ambiente ambientalmente mais equilibrado, em paisagens extremamente preservadas ou construídas com qualidades estéticas, em boas condições de vida e bons resultados econômicos para toda a cadeia produtiva envolvida na exploração deste ativo.

Estas práticas são culturalmente reconhecidas, aceitas e valorizadas e o consumidor, bem como as comunidades nas quais as demarcações estão inseridas se envolvem em um processo de conhecimento, controle, valorização e divulgação.

Existem políticas governamentais tanto na escala nacional, como regional e local que incentivam o consumo dos produtos das demarcações francesas, em especial as das próprias regiões. As estratégias proposta para o incentivo deste consumo se materializam em nível local em espaços específicos (praças ou prédios) destinados a feiras e exposições que ocorrem sistematicamente a partir de calendários pré-estabelecidos, com forte enfoque na produção local.

A estrutura fundiária rural concorre para estes bons resultados na relação “villes” e “camapgne”. O predomínio de minifúndios e de policultivos/criação, mesmo que com ênfase maior em alguma cultura ou criação, garante a subsistência e o equilíbrio dos preços da alimentação que se mantém em patamares aceitáveis. Também, a maior proximidade do produtor com o consumidor, encurtando muito a cadeia de atravessamento, aumenta o ganho dos produtores bem como mantém os preços mais baixos para os consumidores. Este é um dos fatores que tem auxiliado a manutenção do produtor rural em suas atividades.

Sendo o setor agrícola um dos sustentáculos da economia francesa, tendo uma alta percentagem de emprego e de produtores, esta manutenção das atividades rurais auxilia a reduzir a migração para os polos maiores e com isto mantém um maior equilíbrio na distribuição da população. Assim as áreas urbanas crescem a menores ritmo o que viabiliza a oferta de infraestrutura quase que concomitantemente, ocorrendo menores impactos nas estruturas sociais e ambientais.

Identifica-se nos Ativos Territoriais grande potencial para sustentar processos de desenvolvimento regional/local equilibrados em relação aos aspectos socioambientais. Entretanto, eles dependem de estruturas e dinâmicas de distintas escalas territoriais, processos culturais consolidados, envolvimento e valorização por parte das comunidades de abrangência, políticas públicas de incentivo à produção e ao consumo direcionadas que extrapolam marcos regulatórios (necessários mas insuficientes), estrutura fundiária rural em escala

que permita a proximidade do produtor e do consumidor aos processos produtivos, zelo pela qualidade dos produtos e processos produtivos, senso de coletividade e respeito ao meio ambiente. Condições que demandam o aprimoramento da governança territorial e do envolvimento coletivo nos processos de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ASCERALD, H. Ambientalização das Lutas Sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, n° 24, v. 68, 2010.

\_\_\_\_\_. Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n° 107, jul/dez 2004.

BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4<sup>a</sup> ed., n° 4, v. 1. jan/jun 2008.

BAUMGARTEN, M. Conhecimento, planificação e sustentabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n° 3, v. 16, 2002.

BOLLMANN, H. A.; GASPARIN, D. C.; DUARTE, F.. Restrição Ambiental ou Oportunidade para o Desenvolvimento Sustentável? Aquífero Carste na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos MetrÓpole**, n° 30, v. 15, 645, 2013.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R.. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **G&DR**, v. 9, n° 3, set-dez/2013.

CÉLÉRIER, F.; SCHIRMER, R. Hommes, Femmes et Territoires du Vin (1960-2010). Les Appellations d'Orifine Contrólée (AOC), Modèle de Développement Local à la Française. **Hal – Archives-ouvertes.fr**, hal-00772320, 2013.

CHAMPREDONDE, M. Las Indicaciones Geográficas (IG) en América Latina: Balance Actual y Desafíos. In: DALLABRIDA, V. R. (org.) **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

COBOS, E. P.. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos MetrÓpole**, n° 31, v. 16, 37, 2014.

DALLABRIDA, V. R. (org.) **Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2014.

\_\_\_\_\_. (org.) **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

\_\_\_\_\_. (org.). **Indicação Geográfica e desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, 2015.

\_\_\_\_\_. Território e Desenvolvimento Sustentável: Indicação Geográfica da Erva-Mate de Ervais Nativos no Brasil. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, nº 1, 2012.  
DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J.; ROSSETTO, A. M.; FILIPPIM, E. S.. Governança nos Territórios, ou Governança Territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Indicação Geográfica e desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, p. 23- 39, 2015.

DAROLT, M. R. ; LAMINE, C. ; BRANDENBURG, A. ; ALENCAR, M. de C. F. ; ABREU, L. S.. **Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-Consumo na França e no Brasil**. *Ambiente & Sociedade*, v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr.-jun. 2016.

DUPAS, G. (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FERREIRA, J. S. W.; MOREIRA, T. A.. Governança Urbana no Contexto das Cidades Subdesenvolvidas. **Anais... IX Congresso Ibero-americano de Urbanismo**, Recife, 2000.

FIRKOWSKI, O.; MOURA, R. (orgs). Curitiba: transformação na ordem urbana.. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014. (Série estudos comparativos - Metrôpole: território, coesão social e governança democrática).

FREY, K. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, Jan./Abr. 2007.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.. As experiências de Indicações Geográficas no Brasil Meridional e a Agricultura Familiar. In: FROEHLICH, J. M. (org.). **Desenvolvimento Territorial. Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: Unijuí, 2011.

GARCIA-PARPET, M-F.. Mundialização dos Mercados e Padrões de Qualidade “ Vinho, o Modelo Francês em Questão”. Trad. NEVES, P.. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, pp. 129-150, 2004.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: Knowl- edge, Practice, and Politics**. New York: Routledge, 2012.

HINNEWINKEL, J. C.. **Les Terroirs Viticoles. Origines et Devenirs**. Bordeaux: Féret, 2004.

INSTITUT NATIONAL DE L'ORIGINE ET DE LA QUALITÉ (INAO). AOP-AOC. [2016?] Disponível em < <http://www.inao.gouv.fr/Les-signes-officiels-de-la-qualite-et-de-l-origine-SIQO>. Acessado em 06.10.2016.

INSTITUT NATIONAL DE L'ORIGINE ET DE LA QUALITÉ (INAO). AOP-AOC. **Rapport D'Activité 2017**. Disponível em < <http://www.inao.gouv.fr/Les-signes-officiels-de-la-qualite-et-de-l-origine-SIQO>. Acessado em 14.02.2019.

JACOBI, P. Dilemas Socioambientais na Gestão Metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política & Trabalho**, nº 25, out 2006.

LA COOPERATION AGRICOLE. Appellations d'Origine Protégées : les produits des terroirs français à la conquête de l'international. 2018. Disponível em:

<https://www.lacooperationagricole.coop/appellations-dorigine-protegees-les-produits-des-terroirs-francais-la-conquete-de-linternational>. Acessado em: 18.12. 2018

LAMINE, C. « Changer de Système » : une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains & Travaux*. Nº 20, pp. 139-156, 2012.

LESTRADE, S. Le commerce de proximité de la grande distribution en France. De nouveaux modèles de magasins pour de nouvelles relations avec la ville? **Les Annales de la recherche urbaine**, Nº108, pp. 24-35, 2013.

MICOUD, A. Des Patrimoines aux Territoires Durables: Ethnologie et écologie dans les campagnes françaises. **Cairn.Info**, nº 1, v. 34, 2004.

\_\_\_\_\_. Environnement et Développement Durables: quelles approches en sciences sociales? **Cairn.Info**, nº 2, v. 16, 2008.

\_\_\_\_\_. Espaces Protégés, Acceptation Sociale et Conflits Environnementaux. **Cairn.Info**, v.18, nº 2, 2010.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE E DE LA SANTÉ. **Les appellations d'origine protégées (AOP) pour les produits agricoles et les denrées alimentaires**. Disponível em: <<http://agriculture.gouv.fr/alimentation/sante-protection-des-animaux>>. Acessado em março de 2017.

NARCISO, C. A. F.. Enfoques teóricos y usos políticos del concepto de espacio público bajo el neoliberalismo en la ciudad de Cuernavaca, México. **Cadernos Metrópole**, nº 31, v. 16, 113, 2014.

NIEDERLE, P. A. Compromissos para a qualidade: projetos de Indicação Geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011, f., **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, A. P. P. M.. Estratégias de resiliência urbana na Cidade Mediterrânica – constrangimentos e desafios face às alterações climáticas. 2013, 186 f. **Dissertação** (Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2013.

PATO, I.; PEREIRA, M.. Segregação Territorial, Conhecimento Estatístico e Governança Urbana. Leitura foucaultiana dos casos de França e Portugal. **Cadernos Metrópole**, no 29, v. 15, 77, 2013.

PECQUEUR, B. A.. A Guinada Territorial da Economia Global. **Política & Sociedade**. Nº 14, abril/2009.

RAMOS, C. de M.; ROSSETTO, A. M.. Desenvolvimento, Sustentabilidade Ambiental e Indicações Geográficas Agropecuárias. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Indicação Geográfica e desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, p. 87-104, 2015.

ROSSETTO, A. M.; FILIPPIM, E. S.; JOHNSON, G. A.. Processos Interativos na Gestão Pública. In: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.. **Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012.

ROSSETTO, A. M.; FILIPPIM, E. S. (orgs.). **Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento**. Joaçaba: Unoesc, 2008.

ROSSETTO, A. M.; ROSSETTO, C. R.; JOHNSON, G. A.. Integração de Políticas Públicas: a política “invisível” do desenvolvimento. In: ROSSETTO, A. M.; FILIPPIM, E. S. (orgs.). **Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento**. Joaçaba: Unoesc, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V.. Indicaciones Geográficas, Desarrollo e Identidad Territorial. **Agricultura Familiar en España**, v.1, 2010.

SAMPAIO, D. T. Sustentabilidade Urbana: conceitos e controvérsias. **Anais... V Encontro Nacional e III Encontro Latino-Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis**. Recife, 2009.

SILVA, S. T. da. **Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana**. Séries Grandes Eventos – Meio Ambiente. Escola Superior do Ministério Público – ESMPU. [2004]. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente>. Acessado em maio de 2013.

ZEPF, M. L'espace public en expérimentation: penser et réinterpréter l'urbain em permanence. **Lettres et Sciences Humaines**, nº 13-14, 2009.

#### **Sobre a Autor:**

##### **Adriana Marques Rossetto**

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: amarquesrossetto@gmail.com